

Análise de discurso e os currículos de comunicação no Brasil

*Newton Guilherme Vale Carrozza

**Mirian dos Santos

*Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS). Pouso Alegre. MG. Brasil.

Contato com o autor: guilhermecarrozza@uol.com.br

**Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS). Pouso Alegre. MG. Brasil.

Contato com a autora: miriandossantos@hotmail.com

Resumo: A configuração da área da comunicação no Brasil parece ter uma estreita relação com um campo epistemológico que supõe a língua como instrumento. Nossa proposta, neste trabalho, é refletir sobre a possibilidade de uma entrada, no campo da comunicação e, conseqüentemente, nos currículos dos cursos, da análise de discurso como uma teoria de interpretação capaz de dar suporte para o entendimento dos processos comunicativos de maneira global. A análise de discurso praticada atualmente, a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux na França e seus desenvolvimentos no Brasil por Eni Orlandi, concebe a língua como material, espaço de articulação entre a ideologia, o simbólico e o político, onde intervém a história. Nesse sentido, a língua adquire um estatuto outro, deslocando-se da simples concepção de instrumento de comunicação. À língua, cabe o lugar próprio de constituição dos sentidos e dos sujeitos. Tomá-la nesse lugar significa dar aos profissionais da linguagem, uma formação capaz de fazê-los entrar nos modos de compreensão das relações sociais sob uma outra perspectiva, atentando para o fato de que a prática da comunicação social afeta sobremaneira os modos como os sujeitos se relacionam.

Palavras-chave: Currículos. Comunicação. Análise de discurso. Língua.

Abstract: Discourse analysis and communication curriculums in Brazil: The setting of communication area in Brazil seems to be closely related to an epistemological field that assumes the language as an instrument. Our proposal in this paper, is to discuss the possibility of an entry, in the field of communication and, consequently, in the curricular matrices of courses, of discourse analysis as a theory of interpretation that is able to support the understanding of the communicative processes globally. Discourse analysis currently practiced, from Pêcheux's production in France and its developments in Brazil by Eni Orlandi, conceives the language as a material space of articulation between ideology and the symbolic and political aspects, within which history intervenes. In this sense, the language acquires a different statute, no longer being conceived as a mere communication tool. Language is the very constituter of both senses and subjects. Conceiving it thus means to give language professionals an instruction that enables them to understand the social relations from another perspective, considering the fact that the social communication praxis greatly affects the manners individuals relate to one another.

Keywords: Resumes. Communication. Discourse analysis. Language.



1 Introdução

Vivemos hoje um momento em que novas demandas de saberes e de sujeitos estão aí nos colocando à prova a todo instante, deixando em seus rastros outras tantas demandas que têm a ver com novas competências, novas habilidades, novas formas de estar no mundo, de lidar com as novas tecnologias e de se comunicar. Neste cenário, a formação de profissionais de comunicação capazes, não só de dar conta de tudo isso, mas mais fortemente, de compreender os processos de produção dos sentidos que circulam socialmente, torna-se um assunto que precisa estar em pauta.

A configuração da área da comunicação no Brasil, principalmente no que se refere às disciplinas que lhe dão suporte nos currículos praticados nas universidades do país, parece ter uma estreita relação com um campo epistemológico que supõe a língua como instrumento. Nossa proposta, neste trabalho, é refletir sobre a possibilidade de uma entrada, no campo da comunicação e, conseqüentemente, nos currículos dos cursos superiores de graduação, da análise de discurso proposta por Michel Pêcheux na França e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi, como uma teoria de interpretação capaz de dar suporte para o entendimento dos processos comunicativos de maneira global.

É Orlandi (2007, p. 53) quem nos diz que “toda teoria é política”. Nessa direção, pensamos historicamente na estruturação dos currículos mínimos e diretrizes para a formação do profissional de comunicação, configuradas a partir de determinadas concepções de língua, de sociedade e do sujeito.

A implantação de cursos superiores de comunicação social no Brasil teve início na década de 40 do século XX, especialmente na região sudeste do país. Naquela época, apenas o jornalismo se apresentava como habilitação oferecida. Foi, porém, somente vinte anos mais tarde, que começaram a surgir os primeiros cursos de publicidade no Brasil, estabelecendo a área como outra habilitação da comunicação social.

Em 1983, foi publicado o parecer nº 480/83, resultante de ampla discussão promovida entre professores, alunos e profissionais de comunicação sobre a situação dos cursos de comunicação social à época, propondo remodelações nas habilitações e currículos mínimos.

Tal parecer traz um relato histórico das fases pelas quais o ensino de comunicação social passou no Brasil, que se divide numa primeira fase de caráter humanístico, que vai de



Newton Guilherme Vale Carrozza; Mirian dos Santos

1946 até a década de 60; após, uma segunda fase, de caráter funcionalista e empírico, predominantemente na década de 60; logo em seguida, vem a terceira fase, que trazia como marca a preocupação com os aspectos teóricos da comunicação, na década de 70. A partir da análise das três fases, o parecer procura descrever aquele momento da década de 80 do século XX como uma quarta fase, levantando pontos que pudessem sustentar a proposta de um novo currículo para os cursos de comunicação. Em primeiro lugar, contra as posições daqueles que defendiam a extinção dos cursos de comunicação no país, considera que tais cursos representam o ambiente adequado para se transcender as práticas usuais, pela pesquisa e criação de novos recursos expressivos. Saliencia também a precariedade das escolas quanto às condições físicas adequadas para o desenvolvimento dos cursos e, por fim, apresenta essa fase como uma crise de identidade já que, na fase anterior, as preocupações teóricas, segundo a comissão, provocaram um distanciamento da prática, o que fez com que a comunicação ainda não tivesse encontrado seu objeto.

Baseado nesse reconhecimento¹ da situação do ensino de comunicação no país, o parecer apresenta as propostas de um novo currículo para os cursos, estabelecendo critérios sobre habilitações e respectivas disciplinas obrigatórias e específicas. As diretrizes que nortearam a elaboração do currículo mínimo nesse momento basearam-se na incorporação das três áreas de conhecimento que consideraram necessárias à formação (ciências sociais, ciências da comunicação e da linguagem e filosofia e arte), além de propor o ensino através da prática que promovesse uma reflexão teórica.

Em 2001, o ministério da educação brasileiro emitiu parecer CNE/CES nº 492 que está vigente até o momento, aprovando diretrizes curriculares nacionais de vários cursos – entre eles, a comunicação social². Tal parecer apresenta linhas gerais de formação de comunicadores em suas mais diversas habilitações, propondo características comuns e particulares entre os formandos. De maneira geral, tanto no perfil de formação quanto nas habilidades desejáveis ao egresso, é notória a concepção de um domínio das linguagens, bem como a capacidade de interpretação do mundo e sua consequente tradução na forma de

¹ Destacamos aqui o termo reconhecimento, pois consideramos, a partir da posição teórica de onde analisamos tal objeto, que isso representa já um gesto de interpretação de uma comissão que fala de um lugar determinado.

² Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>, páginas 16 a 25.



Análise de discurso e os currículos de comunicação no Brasil

mensagens, pensadas sempre numa forma social de comunicação – o que supõe a comunicação de massa.

2 Comunicação e significação

A comunicação social pode ser entendida como uma espécie de contato entre duas ou mais partes, mediado por uma forma de linguagem e por algum tipo de suporte material, que hoje se apresenta nas mais diversas tecnologias. Mais que isso, significa também considerar que uma das partes é detentora de determinada informação que deve ser levada à outra parte, sempre considerada no coletivo. O que há que se ressaltar nesse processo é justamente o funcionamento da língua(gem) que, para nós, não se trata apenas de uma formulação e transmissão de informação.

Faz parte do modo como se produz informação hoje, nas habilitações da comunicação social, um certo reconhecimento do domínio da linguagem. Afinal, para quem escreve um texto, é necessário que se tenha em mente que o público vai entender o que se quer dizer. Trata-se, nesse sentido, de trazer à tona toda uma concepção de transparência, clareza, coesão, muito comuns (e necessárias, diríamos) à área da comunicação. Esse modo de compreensão da língua a coloca como um instrumento do qual o homem lança mão toda vez que necessita, sempre no sentido de uma interação com o meio social. E essa concepção vem de muito tempo, a partir dos trabalhos do chamado círculo de Praga (pós-saussureanos), por volta de 1929 (DE BRUM, 2005), para quem a língua seria um sistema de meios de expressão apropriados para um fim. “A função da língua, portanto, é levar a cabo esse fim ou finalidade, isto é, a comunicação, a expressão”. (DE BRUM, 2005, p. 1). Ainda para corroborar com essa ideia, Benveniste (apud DE BRUM, 2005), vai dizer que, com a frase, se sai do domínio da língua como sistema de signos e penetra-se em outro universo, da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso³. Essa própria noção de discurso para Benveniste, como o produto de um ato de enunciação, já coloca a língua como aquilo que se manifesta na comunicação efetiva entre os membros de uma comunidade. Para Benveniste, o ato de

³ Em tradução livre.



Newton Guilherme Vale Carrozza; Mirian dos Santos

enunciação permite a apropriação individual da língua pelo sujeito falante e sua conversão em discurso⁴.

Esse entendimento da comunicação, como algo que vem colado à língua, vai entrar para a linguística de maneira quase que automática, não se propondo, durante um bom tempo, um questionamento teórico sobre o assunto. Mais tarde, outro linguista, Roman Jakobson (2001), reforça ainda mais essa ideia, apresentando seu trabalho sobre linguística e comunicação, no qual atribui à linguagem determinadas funções. Jakobson, ao pensar a mensagem como transmissão de informação e tomar o esquema de comunicação a partir de um modelo matemático, achata, de certa forma, o processo de comunicação em emissor, receptor, mensagem, código e canal⁵.

Silva (2002) nos fala sobre a institucionalização da televisão brasileira, no momento que antecede a produção desse parecer. Segundo a autora, o desenvolvimento da televisão no Brasil está associado à constituição de um país moderno, imaginário que se estabelece principalmente na década de 70. Esse momento desperta um interesse dos pesquisadores pela televisão como objeto de estudo e as discussões centram-se numa tensão teórico-metodológica, que colocam ou uma perspectiva crítica do meio (herança da chamada *Escola de Frankfurt*, mais relacionada à sociologia) ou uma perspectiva instrumental (tal como pensada pela Escola funcionalista americana, mais relacionada à linguagem). Tais perspectivas contribuíram para que se firmassem, em relação à mídia, tanto uma abordagem centrada na linguagem como instrumento, quanto uma concepção de um sujeito racional, no domínio desse instrumento.

Isso pode ser facilmente percebido quando analisamos as matrizes curriculares dos cursos de publicidade. Enquanto um grupo de componentes se volta para a capacitação técnica – e artística – do aluno, como disciplinas voltadas às artes, à estética e às ferramentas disponíveis para atuação na área, outro grupo se alinha no sentido de dar suporte para o entendimento do fenômeno da comunicação, seja pela psicologia, seja pela sociologia,

⁴ É importante salientar que o que entendemos como discurso a partir das formulações de Pêcheux e Orlandi difere da noção apresentada neste ponto. Trataremos disso mais adiante.

⁵ Não estamos aqui, de forma alguma, propondo uma desvalorização dos trabalhos de Jakobson que, reconhecidamente, tem seus méritos nos avanços dos estudos sobre a língua. Nossa proposta é apenas ressaltar a diferença entre concepções da linguagem presentes nos diversos campos epistemológicos, apontando para o fato de que, no Brasil, no momento mesmo em que se instituíram e reforçaram os currículos mínimos dos cursos de comunicação, era uma concepção de língua que dominava perante outras. De forma crucial, isso vai afetar o modo como se faz comunicação a partir daí no país.



Análise de discurso e os currículos de comunicação no Brasil

antropologia, economia, semiologia, etc. À língua, cabe sua função de instrumento. O que se percebe, nesse caso, é mesmo a impossibilidade de se pensar um objeto próprio da comunicação – o que daria a ela um estatuto de ciência – visto que os dispositivos necessários para sua análise vêm de empréstimo de outras áreas. Basta olharmos atualmente para as habilitações da comunicação social classificadas como ciências sociais aplicadas. São as ciências sociais e humanas – como é o caso também da psicologia – que entram nos currículos para explicar os efeitos da comunicação na sociedade. E, nessa perspectiva, isso só pode ser pensado quando, do interior da própria comunicação, trata-se a língua como código.

De fato, Silva (2007) afirma que a área da comunicação é “uma área de concentração tecnológica e resulta da associação de contribuições de diferentes Ciências”. Assim,

são certos resultados das pesquisas linguísticas que interessam à área da Comunicação, e a chamada Teoria da Comunicação não constitui uma teoria no sentido científico do termo. É antes, a possibilidade de aplicação de um mesmo “tratamento comunicacional” para diferentes linguagens, em diferentes campos profissionais (cinema, jornalismo, publicidade, relações públicas, rádio e TV, arquitetura, designer gráfico...) que se diz com o termo ‘teoria da comunicação’ (SILVA, 2007, p. 89).

A autora ainda acrescenta que o que funciona de forma espontânea nesse cenário, do ponto de vista científico, é uma teoria linguística.

Nas técnicas que dão sustentação para esse conjunto diversificado, que é ‘a linguagem’, realiza-se uma homogeneização no tratamento de diferentes objetos de estudo, caracterizando um profissional que lida com o público e que deve ter domínio de técnicas, entre o verbal e o não-verbal, no sentido de uma ‘comunicação de massa’ (SILVA, 2007, p. 89).

Diante desse cenário que veio se desenhando no Brasil, como afirma a própria autora, os currículos de comunicação têm seus referenciais em disciplinas como a semiótica e a semiologia, tomadas como aquelas que dariam conta do trabalho de compreensão e interpretação das mensagens, tanto no nível verbal como não verbal.

Santaella (1996) lembra que o século XX testemunhou o nascimento de duas ciências da linguagem: a linguística – ciência da linguagem verbal fundada por Ferdinand Saussure – e a semiótica – ciência de toda e qualquer linguagem. Contudo, três fontes deram origem a esta última, distintas no espaço e na paternidade, mas quase sincrônicas: uma russa, outra europeia e, por fim, uma norte-americana.



Newton Guilherme Vale Carrozza; Mirian dos Santos

A advinda da antiga União Soviética, germinada desde o século XIX nos trabalhos de A. N. Viesselovski e A. A. Potiebníá, ganha força na Rússia revolucionária, “época de experimentação científica e artística que deu nascimento ao estruturalismo linguístico soviético, aos estudos da Poética formal e histórica e aos movimentos artísticos de vanguarda” (SANTAELLA, 1996, p. 99). A originária dos princípios básicos da teoria linguística de Saussure influenciou profundamente o desenvolvimento do estruturalismo semiótico e filosófico (NÖTH, 1996) que teve como seguidores semioticistas notórios, como Roland Barthes e Luis Hjelmslev que, por sua vez, influenciou Algirdas Julien Greimas, e tantos outros. E, finalmente, a semiótica de Charles Sanders Peirce, que é concebida a partir da lógica, não da língua.

Todas essas linhas elegem a significação da linguagem como foco, mas se caracterizam pelos seus próprios métodos, instrumentos e quadros metodológicos. De modo geral, duas delas se firmaram como campos de estudo da significação: a que vem dos estudos de Algirdas Julien Greimas vinculada na semiótica de extração linguística, para quem fora do texto não há salvação - *hors du texte, point de salut* - e a de Charles Sanders Peirce, de extração não-linguística. De qualquer forma, tanto uma como outra linha da semiótica contribui, com sua estruturação, para uma forma de pensar a linguagem a partir de suas relações sintagmáticas, o que possibilita não se ater ao linguístico, levando em consideração também os processos semióticos não linguísticos, principalmente no que se refere à imagem. Esse passo é importante para se conceber uma teoria que daria conta da mensagem em sua totalidade (conjugando imagem e texto), concepção importante para a área da comunicação.⁶

Para a semiótica greimasiana (INDURSKY, 2006), interessa o funcionamento textual da significação. Tal funcionamento é observado internamente ao texto, e não a partir da relação do texto com um referente externo. O texto, nesse sentido, é o resultado de um dispositivo estruturado de regras e relações, pensado no plano da expressão (relação com o significante) e no plano do conteúdo (relação com o significado). O propósito é estudar o percurso gerativo do sentido do texto nele mesmo, a arquitetura do sentido. Não há, nessa perspectiva, um olhar para o sujeito, visto que, para esta semiótica, o sujeito é um simulacro.

⁶ De nossa posição de analistas de discurso, não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que esse “efeito totalizante” da ciência é um imaginário necessário e constituído historicamente.



Análise de discurso e os currículos de comunicação no Brasil

Busca examinar o plano do conteúdo de um texto para descrever o modo como este conteúdo é articulado no plano da expressão.

Já a semiótica desenvolvida a partir de Peirce tem na lógica e não na língua ou no texto verbal sua base teórica. Seu conceito de signo abarca, além dos signos convencionais e arbitrários – a língua dentre eles –, signos que têm por fundamento mera qualidade ou o simples fato de existir; que produzem numa mente desde a apreensão lógica de um fenômeno até um sentimento vago e indefinido ou uma reação. Tal amplitude abarca todas as formas de linguagem possíveis que se constituem em sistemas sociais e históricos de representação do mundo.

Eminentemente triádico, o signo para Peirce contempla o objeto ou referente fora do signo e o apresenta a uma mente interpretadora. O efeito que o signo provoca nessa mente potencial caracteriza o interpretante, que corresponde à significação do signo (NÖTH, 2003, p. 71). O sujeito, nesse processo, ocupa a posição de um dos tipos de interpretante, o dinâmico, o que efetivamente age numa mente e põe em ato a ação dos signos ou a semiose. Interpretação de um signo é, assim, um processo dinâmico na mente do intérprete. É a semiose o objeto de estudo de Peirce, para quem “todo propósito de um signo é aquele de que ele deva ser interpretado em outro signo” (PEIRCE, apud SANTAELLA, 2004, p. 87).

Encontramos dentro da arquitetura filosófica de Peirce a gramática especulativa, um dos ramos da semiótica ou lógica, que aborda o modo como agem os signos, como se classificam. Apresenta ainda misturas sýgnicas, caminhando do verbal para o não verbal, do quase-signo para o signo. Dela se obtém estratégias para leitura e análises de processos empíricos de signo. Pois bem, a língua ocupa nessa classificação o lugar dos signos genuínos, arbitrários e convencionais que, por sua vez, participam da terceira categoria peirceana, a terceiridade. Nessa instância, todos os conhecimentos ou interpretantes que digam respeito ao signo são convocados, bem como seus aspectos ideológicos, históricos, políticos, enfim. Entendida como mapa, essa classificação abre-se para diálogo com todas as teorias que amparam o signo em análise, daí a análise de discurso também ser bem-vinda na construção de sentidos que a semiótica peirceana permite.

3 Comunicação e Sentido



Newton Guilherme Vale Carrozza; Mirian dos Santos

Pêcheux (1988) afirma que a língua serve para comunicar e para não-comunicar. O que o autor propõe, a partir dessa colocação, é a consideração de que não há como tomar a língua como um código em sua automaticidade de decodificação, uma vez que o sentido deve se dar sempre na articulação do simbólico com o político. O efeito de evidência do sentido viria, então, como trabalho da ideologia. Nessa perspectiva, falar em discurso é falar em efeitos de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 1990b), o que já eleva a própria noção de discurso para outro patamar, diferente de uma noção que toma o discurso como texto, enunciação, ou conjunto de enunciados. Falar em discurso significa levar em conta as determinações históricas dos processos de significação, movimento que considera a articulação entre a ideologia, o simbólico e o político.

Para a análise de discurso, não se pode pensar a língua como um sistema abstrato, do qual se lança mão toda vez que se quer comunicar algo a alguém. A língua tem uma espessura, uma densidade. Trata-se de considerá-la na sua relação com a história, a ideologia e o inconsciente, em sua materialidade constitutiva. É nesse sentido que podemos pensar o discurso como a materialidade da ideologia e a língua como a materialidade do discurso (PÊCHEUX, 1990a), supondo sempre que inconsciente e ideologia estão materialmente ligados.

Nessa concepção, diferentemente da semiótica greimasiana, o sujeito já está suposto e não se trata de um simulacro, mas de posição no discurso, o que nos faz pensar que, num processo de comunicação, o que se dá é um jogo de posições imaginárias que estão em funcionamento na sociedade e que são convocadas toda vez que alguém intenta comunicar algo a outro.

Na prática da comunicação, seja ela no jornalismo ou na publicidade, por exemplo, é comum que se trabalhe numa forma de aglomeração de indivíduos, estabelecendo-se assim, grupos comuns que têm entre si aspectos e características também comuns. Isso parece funcionar num nível imaginário capaz de sustentar a ideia de massa, o que supõe uma certa homogeneidade entre os indivíduos. Nesse sentido, comunicar para um grande número de pessoas já significa diferentemente porque na sua forma, esse processo já reclama gestos específicos de dizer. O entendimento desse processo é possível quando se considera a linguagem em sua materialidade, não apenas na sua forma abstrata, como expressão e/ou conteúdo, mas na sua forma linguística/histórica, que chamamos de forma material



Análise de discurso e os currículos de comunicação no Brasil

(ORLANDI, 2002), pois assim é possível sair da relação de significância para compreender a relação de sentido.

O que a análise de discurso pecheuxtiana e seus desdobramentos a partir de Orlandi propõe é produzir um olhar sobre o processo de comunicação capaz de atravessar a opacidade da linguagem – justamente porque a considera nessa opacidade – reconhecendo nela a materialidade do político, do histórico e do ideológico. Nesse sentido, é preciso desconstruir a ideia de língua como instrumento e tomá-la como constitutiva mesmo do sujeito e das relações sociais. Essa virada de olhar permitiria ao comunicador uma escuta mais atenta aos modos como ele produz linguagem, dentro da sua prática de comunicação.

A entrada da análise de discurso nos currículos de comunicação no Brasil não pode, porém, se dar de qualquer forma, como se fosse um acessório a mais para o aluno. Muito embora se configure como uma disciplina de interpretação, é preciso considerar que ela vem de uma epistemologia que considera a história e a linguagem na sua materialidade e isso, por si só, já a coloca em cheque com outras disciplinas de caráter positivista. No nosso ponto de vista é, sobretudo, o deslocamento proposto a partir da multidisciplinaridade que a própria análise de discurso produz no seu interior, o que pode representar o trabalho para se pensar a comunicação social por um outro viés.

Referências

- DE BRUM, Arnaldo Martins. **Da língua como instrumento de comunicação ao discurso: um deslocamento necessário no trabalho de português língua estrangeira**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/ArnaldoMartinDeBrum.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2015.
- INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni P. e LAGAZZI, Suzy. (Org.) **Discurso e Textualidade**. Campinas, Pontes, 2006.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 22 ed. São Paulo, Cultrix, 2001.
- NÖTH, Winfried. **A semiótica no século XX**. São Paulo: Annablume, 1996.
- _____. **Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 2003.



Newton Guilherme Vale Carrozza; Mirian dos Santos

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP, Pontes, 2001.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4 ed. Campinas, SP, Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, inversões, deslocamentos.** Trad. José H. Nunes. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, 19. IEL, Unicamp, 1990b.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento? Campinas, Pontes 1990a.

_____. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP, Ed. Unicamp, 1988.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica.** São Paulo, Brasiliense, 1996.

_____. **Corpo e comunicação:** sintoma da cultura. São Paulo: Paulus, 2004.

SILVA, Telma Domingues da. **A televisão brasileira:** a comunicação institucionalizada. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2002.

_____. Língua e linguagens: reflexões sobre a política cultural e a televisão no Brasil. In, **Línguas e instrumentos linguísticos 18** / Universidade Estadual de Campinas, Pontes Editores, 2007.

Arigo recebido em março de 2015 e
aprovado em abril de 2015.